

RELATÓRIO – 1º SEMESTRE DE 2016
PATC (PROJETO AUXILIAR DE TUTELA COLETIVA)

Exmo. Sr. Corregedor-Geral do Ministério Público,

Em atenção ao disposto no artigo 5º, inciso I, alínea c do ATO CONJUNTO PGJ/CGMP nº 001/2015, apresentamos a Vossa Excelência o relatório semestral do PATC – Projeto Auxiliar de Tutela Coletiva.

O Projeto Auxiliar de Tutela Coletiva, instituído em março de 2015, por ato Conjunto do Procurador-Geral de Justiça e do Corregedor-Geral do Ministério Público, tem como objetivos normalizar o acervo dos procedimentos extrajudiciais (em atraso) das Promotorias de Justiça com atribuição na defesa dos direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos, além de possibilitar aos Promotores de Justiça Substituto um primeiro contato com a matéria.

No 1º Semestre de 2016 já foram atendidas 06 (seis) Promotorias de Justiça, a saber: Promotoria de Justiça de Itacajá, Promotoria de Justiça de Goiatins, 2ª Promotoria de Justiça de Colinas do Tocantins, Promotoria de Justiça de Colmeia, Promotoria de Justiça de Formoso do Araguaia e 6ª Promotoria de Justiça de Araguaína.

Os esforços empreendidos pela equipe da Corregedoria-Geral, em parceria com os Promotores de Justiça Substitutos, possibilitaram a análise e impulsionamento, no 1º Semestre de 2016, de 376 (trezentos e setenta e seis) procedimentos extrajudiciais, que já foram encaminhados às respectivas promotorias (Itacajá, Goiatins, Colinas do Tocantins e Formoso do Araguaia) para cumprimento das diligências determinadas.

Além disso, estão sob análise outros 244 (duzentos e quarenta e quatro) procedimentos, oriundos da Promotoria de Justiça de Colmeia e da 6ª Promotoria de Justiça de Araguaína.

Segue discriminação detalhada dos trabalhos realizados no 1º Semestre de 2016 em cada Promotoria de Justiça:

1) Promotoria de Justiça de Itacajá:

A Promotoria de Justiça de Itacajá foi inspecionada em 23 de setembro de 2015, ocasião em que foi constatada a existência de diversos procedimentos extrajudiciais em atraso e que demandavam impulsionamento.

Desse modo, deferiu-se, após solicitação, sua inclusão no Projeto Auxiliar de Tutela Coletiva, sendo selecionados, *in loco*, 51 (cinquenta e um) procedimentos, os quais foram analisados pela Promotora de Justiça Substituta Ruth Araújo Viana, que à época respondia pela unidade de execução.

Esclareça-se que o auxílio à Promotoria em epígrafe foi concluído no final do mês de dezembro, porém após a confecção do relatório anterior, referente ao 2º semestre de 2015, de modo que os dados respectivos estão sendo inseridos no presente relatório. Segue abaixo tabela explicativa com a indicação das providências adotadas

MANIFESTAÇÕES PROMOTORES SUBSTITUTOS	
Arquivamento	39
Despacho	1
Declínio de Atribuições	1
Procedimento Preparatório	10

TOTAL	51
--------------	-----------

2) Promotoria de Justiça de Goiatins:

O Promotor de Justiça Leonardo Gouveia Olhe Blanck, que respondia pela unidade de execução à época, encaminhou à Corregedoria-Geral, em 29 de julho de 2015, a relação de procedimentos extrajudiciais em trâmite na Promotoria de Justiça de Goiatins para fins de inclusão no Projeto Auxiliar de Tutela Coletiva.

A unidade de execução foi inspecionada em 22 de setembro de 2015, ocasião em que, incluída no projeto, foram selecionados 195 (cento e noventa e cinco) procedimentos.

Após análise, finalizada em meados desse semestre, foram proferidos 47 (quarenta e sete) despachos, instaurados 73 (setenta e três) Inquéritos Cíveis Públicos e ajuizadas 06 (seis) Ações (Cíveis e Penais), conforme tabela abaixo, cumprindo ressaltar que os procedimentos respectivos foram devolvidos à origem para as providências pertinentes:

PROVIDÊNCIAS	CGMP	PROMOTORES SUBSTITUTOS	TOTAL DE MANIFESTAÇÕES
Arquivamento	42	38	80
Despacho	21	26	47
Declínio de Atribuições	1	3	4
Inquérito Civil	17	56	73
Ação Civil	0	4	4
Procedimento Preparatório	0	3	3
Ação Penal	0	2	2
TOTAL			213

3) Promotoria de Justiça de Formoso do Araguaia:

A Promotoria de Justiça de Formoso do Araguaia foi incluída no Projeto Auxiliar de Tutela Coletiva em 04 de março de 2016, a partir de solicitação expressa da Promotora de Justiça Substituta Bartira Silva Quinteiro, que respondia pelo órgão de execução à época.

Foram remetidos à Corregedoria-Geral, em 21 de março de 2016, 40 (quarenta) procedimentos extrajudiciais, os quais foram devolvidos, depois de analisados, em 16 de junho de 2016.

Os trabalhos redundaram na instauração de 19 (dezenove) Inquéritos Cíveis Públicos e no arquivamento de 19 (dezenove) procedimentos extrajudiciais, nos termos da tabela demonstrativa que segue:

MANIFESTAÇÕES CGMP	
Arquivamento	19
Despacho	8
Inquérito Civil	19
TOTAL	46

4) 2ª Promotoria de Justiça de Colinas do Tocantins:

A Promotora de Justiça Thais Cairo Souza Lopes solicitou, em 07 de julho de 2015, a inclusão da 2ª Promotoria de Justiça de Colinas do Tocantins no Projeto Auxiliar de Tutela Coletiva. À época, em razão do auxílio em outras promotorias, não foi possível atender o solicitado.

Posteriormente, em 14 de janeiro de 2016 foi deferido o pedido de auxílio, quando então foram encaminhados à Corregedoria-Geral 64 (sessenta e quatro) procedimentos para impulsionamento.

Após análise, foram proferidos 22 (vinte e dois) despachos, instaurados 32 (trinta e dois) Inquéritos Cíveis Públicos, ajuizadas 3 (três) Ações Cíveis Públicas e arquivados 9 (nove) procedimentos, conforme tabela abaixo, sendo que os feitos já foram devolvidos à origem:

PROVIDÊNCIAS	CGMP	PROMOTORES SUBSTITUTOS	TOTAL DE MANIFESTAÇÕES
Arquivamento	5	4	9
Despacho	18	4	22
Inquérito Cível	19	13	32
Ações Cíveis	0	3	3
TOTAL			66

5) Promotoria de Justiça de Colmeia, 6ª Promotoria de Justiça de Araguaína e 28ª Promotoria de Justiça da Capital

Atualmente, conforme acima consignado, estão sob análise os procedimentos oriundos da Promotoria de Justiça de Colmeia e da 6ª Promotoria de Justiça de Araguaína, sendo que os trabalhos devem ser concluídos até meados do próximo semestre.

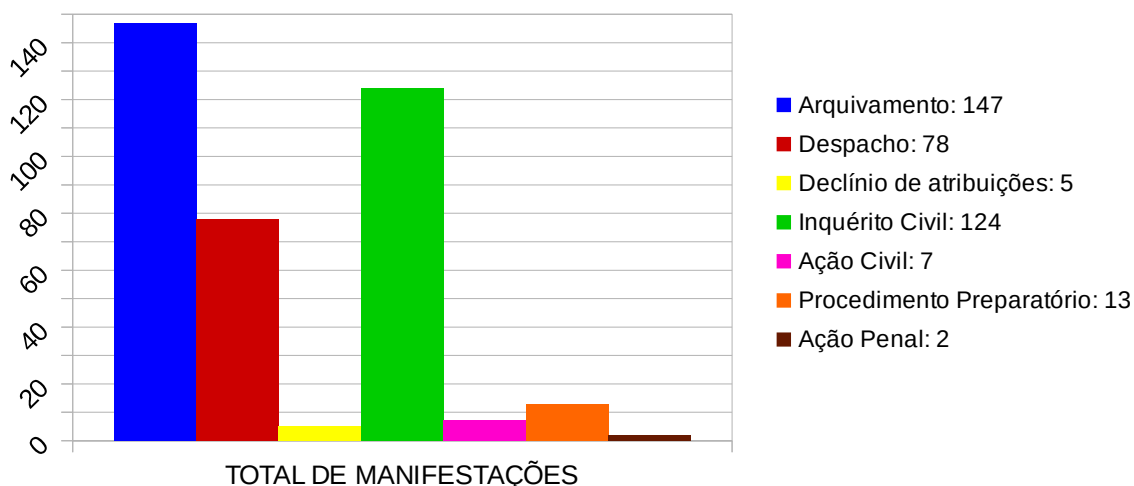
Posteriormente, deve ser incluída no projeto a 28ª Promotoria de Justiça da Capital, que já solicitou auxílio.

CONCLUSÃO

Estas são, em suma, as atividades desenvolvidas pelo PATC – Projeto Auxiliar de Tutela Coletiva – no período de janeiro a junho de 2016, que, vale consignar novamente, possibilitou o impulsionamento de 376 (trezentos e setenta e seis) procedimentos extrajudiciais.

Desse montante, cerca de 40% (quarenta por cento) dos feitos foram arquivados, o que sinaliza que o projeto vem cumprindo seu objetivo nesse primeiro ano de sua execução.

Segue abaixo tabela demonstrativa dos números referidos:



É o relatório que submetemos à apreciação do Corregedor-Geral do Ministério Público do Estado do Tocantins.

Palmas, 20 de julho de 2016.

Pedro Evandro de Vicente Rufato

Promotor de Justiça Corregedor
Projeto Auxiliar de Tutela Coletiva

Octahydes Ballan Junior

Promotor de Justiça Corregedor
Projeto Auxiliar de Tutela Coletiva